



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---

## **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP 03/2026**

### **CONTRATANTE:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

### **OBJETO:**

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO – AL.

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 1.521.280,69 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E VINTE E UM MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS).

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

DIA 06/04/2025 às 08H00 (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO POR ITEM

### **MODO DE DISPUTA:**

ABERTO

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM / NÃO



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---

**EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026/SRP  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0008.009.0601-2026**

**MUNICÍPIO DE PORTO REAL DO COLÉGIO, ESTADO DE ALAGOAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 12.207.429/0001-3, com sede localizada à Rua do São José, s/n – Bairro centro, CEP 57.290-000, Porto Real do Colégio/AL, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1- DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO – AL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2- DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam previamente credenciados no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br):

**3.2.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

**3.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.6.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. ([art. 4º § 2º da Lei 14.133/2021](#)).

**3.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**3.8.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.8.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.8.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**3.8.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.8.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.8.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.8.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.8.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.8.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.8.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**3.8.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.8.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.9.** O impedimento de que trata o item 3.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.12.** O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.13.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**3.14.** A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**4.2.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens e 8.13. deste Edital.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório; ([§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021](#)).

**4.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; ([Inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021](#))

**4.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**4.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; ([Inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021](#)).

**4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**4.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3. ou 4.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**4.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**4.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** valor unitário do item;

**5.1.2.** Marca;

**5.1.3.** Fabricante;

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1.** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.8.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**5.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do Item
- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,05.
- 6.9.** O licitante poderá, uma 10 única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**6.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**6.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.18.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.18.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**6.18.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.18.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.18.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.18.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.18.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.18.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.18.2.2.** empresas brasileiras;

**6.18.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.18.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.19.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.19.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.19.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.19.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.19.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.19.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.20.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.5. deste edital.

**7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.7.1.** contiver vícios insanáveis;

**7.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;





**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (art. 29 da Instrução Normativa nº 02/2023).

**7.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

**8.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

**8.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; ([Inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021](#));

**8.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. ([§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021](#))

**8.10.** A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, ou com apresentação dos documentos abaixo elencados.

**8.11.1. Habilitação jurídica:**

**8.11.1.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.11.1.2.** Em se tratando de micro empreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**8.11.1.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**8.11.1.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**8.11.1.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**8.11.1.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

**8.11.1.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**8.11.1.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.11.2. Regularidade fiscal social e trabalhista:**

**8.11.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso ([art. 68, I da Lei nº. 14.133/2021](#));

**8.11.2.2.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; ([art. 68, II da Lei nº. 14.133/2021](#));

**8.11.2.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas ([art. 68, III da Lei nº. 14.133/2021](#));

**8.11.2.3.1.** Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.11.2.4.** Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei ([art. 68, IV da Lei nº. 14.133/2021](#));

**8.11.2.5.** Regularidade perante a Justiça do Trabalho ([art. 68, V da Lei nº. 14.133/2021](#));

**8.11.2.6.** Cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#), ([art. 68, VI da Lei nº. 14.133/2021](#));

**8.11.2.7.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**8.11.2.8.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**8.11.3. Qualificação Econômico-Financeira.**

**8.11.3.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. No caso do documento mencionado neste item não fixar prazo de validade, ([art. 69 inciso II da Lei 14.133/2021](#)).

**8.11.3.1.1.** Caso a referida certidão não apresente prazo de validade será considerado até 90 (noventa) dias da data de sua emissão.

**8.11.4. Qualificação Técnica**

**8.11.4.1.** Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do ([art. 67 inciso II da Lei 14.133/2021](#)).

**8.11.4.3.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. ([art. 67 inciso VI da Lei 14.133/2021](#)).

**8.12.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**8.13.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.13.1.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36](#) e no [§ 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**8.14.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.15.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**8.15.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e,

**8.15.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.16.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.17.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**8.18.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.19.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**8.20.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que: (verificar decreto)

**a)** solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**9.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**9.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**9.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP, e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços

**9.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**9.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

### **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**10.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**10.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**10.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**10.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**10.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**10.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**10.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**10.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**10.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos [art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23](#).

**10.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**10.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**10.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**11.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**11.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema,

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.portorealdocolegio.al.gov.br](http://www.portorealdocolegio.al.gov.br) e no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:





**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 
- 12.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.4.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5.** fraudar a licitação
- 12.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal
- 12.2.1.** advertência;
- 12.2.2.** multa;
- 12.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 12.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 0, 0, 0, 0 e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato lícitado.
- 12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**12.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir

**12.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (três)** dias úteis antes da data da abertura do certame, ([art. 164 da Lei 14.133/2021](#)).

**13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias** úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados;

**13.3.1.** de forma eletrônica, através do sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**13.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 
- 14.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.portorealdocolégio.al.gov.br](http://www.portorealdocolégio.al.gov.br) e no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).
- 14.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I** - Termo de Referência
- 14.11.1.1.** Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 14.11.3. ANEXO II** – Minuta de Ata de Registro de Preços

Porto Real do Colégio/AL, 19 de MAIO de 2025.

**PRISCILA SOUZA MOURA  
PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO**



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO – AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	TOTAL
1	AGENDA, TIPO PERMANENTE REVESTIMENTO CAPA DURA DE PAPEL PLASTIFICADO, QUANTIDADE MÍNIMA DE FOLHAS 100, GRAMATURA 90G/M <sup>2</sup> , COMPRIMENTO 210MM, LARGURA 150MM TIPO ENCADERNAÇÃO ESPIRAL PLÁSTICO, TIPO PAPEL MIOLO OFF-SET.	UND	160
2	ALFINETE COLORIDO Nº03. CARACTERÍSTICAS: MATERIAL: CABEÇA PLÁSTICA, CORPO EM AÇO. CAIXA COM 25 UNIDADES	CX	120
3	ALMOFADA PARA CARIMBO N.º 3, CORES DIVERSAS, TAMANHO APROXIMADO 8,5 X 12,5 CM; CONFECCIONADA EM ESTOJO PLÁSTICO RÍGIDO, ALMOFADA DE FELTRORECOBERTA COM TECIDO DE ALTA DURAÇÃO	UND	280
4	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO (QUADRO MAGNÉTICO) EM PLÁSTICO, MEDIDA APROXIMADA 15CM X 6CM X 4CM, SEM ENCAIXE. COR A DEFINIR	UND	420
5	APONTADOR PARA LÁPIS GRAFITE, MATERIAL PLÁSTICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,5 CM, COM LÂMINA DE AÇO TEMPERADO. COR A DEFINIR	UND	9520
6	APONTADOR PARA LÁPIS GRAFITE COM DEPÓSITO COLETOR. TIPO: ESCOLAR; CORPO EM PLÁSTICO; LÂMINA EM AÇO TEMPERADO. MEDIDA APROXIMADA DE 5,1X2X3,4 CM. COR A DEFINIR	UND	2120
7	ARAME DE ALUMÍNIO ENCAPADO COLORIDO PARA ARTESANATO, Nº 22, ROLO COM 10M, CORES VARIADAS.	ROL	200
8	BALÃO JUNINO ESPECIAL COLORIDO - 70CM	UND	230
9	BALÃO JUNINO ESPECIAL N2 - 28CM	UND	330
10	BALÃO JUNINO TRADICIONAL ESPECIAL N3 TAMANHO 50CM	UND	330
11	BALÕES DE FESTA PLÁSTICO, TAMANHO: 07, COR: DIVERSAS, PACOTE COM 50 UNIDADES.	UND	450
12	BALÕES DE FESTA PLÁSTICO, TAMANHO: 07, COR: AMARELO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	UND	450



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

13	BALÕES DE FESTA PLÁSTICO, TAMANHO: 07, COR: AZUL CLARO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	UND	450
14	BALÕES DE FESTA PLÁSTICO, TAMANHO: 07, COR: AZUL ESCURO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	UND	450
15	BALÕES DE FESTA PLÁSTICO, TAMANHO: 07, COR: BRANCO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	UND	450
16	BALÕES DE FESTA PLÁSTICO, TAMANHO: 07, COR: LARANJA, PACOTE COM 50 UNIDADES	UND	450
17	BALÕES DE FESTA PLÁSTICO, TAMANHO: 07, COR: PRETO, PACOTE COM 50 UNIDADES	UND	450
18	BALÕES DE FESTA PLÁSTICO, TAMANHO: 07, COR: ROSA CLARO, PACOTE COM 50 UNIDADES	UND	450
19	BALÕES DE FESTA PLÁSTICO, TAMANHO: 07, COR: ROSA PINK, PACOTE COM 50 UNIDADES	UND	450
20	BALÕES DE FESTA PLÁSTICO, TAMANHO: 07, COR: VERDE BANDEIRA, PACOTE COM 50 UNIDADES	UND	450
21	BALÕES DE FESTA PLÁSTICO, TAMANHO: 07, COR: VERMELHO, PACOTE COM 50 UNIDADES	UND	450
22	BAMBOLÊS INFANTIL ARCO 65 CM COLORIDO	UND	450
23	BANDEIROLAS JUNINAS PCT 10 METROS CORES VARIADAS	UND	200
24	BANDEJA PARA CORRESPONDÊNCIA DUPLA, MATERIAL ACRÍLICO FUMÊ OU TRANSPARENTE DIMENSÕES APROXIMADAS: 390MM DE COMPRIMENTO, 285MM DE LARGURA, 60MM DE ALTURA	UND	130
25	BARBANTE DE NYLON COR A DEFINIR - ROLO COM 120 METROS.	ROL	130
26	BLOCO ADESIVO PARA RECADOS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO: POST-IT. DIMENSÕES APROXIMADAS: 38 X 50 MM. PACOTE COM 4 BLOCOS AUTOCOLANTECOM 100 FOLHAS. CORES DIVERSAS	PCT	1350
27	BLOCO FLIP-CHART LISO, 75G/M², DIMENSÕES 66X96CM COM 50 FOLHAS	BLC	250
28	BOLAS LEVES DE VINIL INFLÁVEL INFANTIL BOLA FUTEBOL	UND	40
29	BORRACHA APAGADORA ESCRITA, COR BRANCA, MACIA, TIPO PONTEIRA, APLICAÇÃO PARA LÁPIS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS	UND	4200
30	MATERIAL BORRACHA BRANCA LIVRE DE PVC. MEDINDO APROXIMADAMENTE 42X21X11MM, COM CAPA PLASTICA PROTETORA, APLICAÇÃO PARA LAPIS. CAIXA COM 24 UNIDADES	CX	500





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

31	CADERNO; DESCRIÇÃO: CAPA DURA; 96 FOLHAS; COM ESPIRAL EM ARAME; TOTAL DE MATÉRIAS: 01. COR A DEFINIR	UND	3050
32	CADERNO PEQUENO: CAPA DURA; 48 FOLHAS; COM ESPIRAL EM ARAME; TOTAL DE MATÉRIAS: 01	UND	3060
33	CADERNO UNIVERSITÁRIO, CAPA DURA, 200 FOLHAS, COM ESPIRAL EM ARAME, TOTAL DE 10 MATÉRIAS (AMPLA CONCORRÊNCIA)	UND	2273
34	CAIXA ARQUIVO MORTO POLIONDA EM MATERIAL PLÁSTICO, COR A DEFINIR. DIMENSÕES APROXIMADAS: 250X130X350MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA. CORES: VERDE, AMARELA, ROSA E BRANCA	UND	1200
35	CAIXA ARQUIVO MORTO POLIONDA EM MATERIAL PLÁSTICO, COR A DEFINIR. DIMENSÕES APROXIMADAS: 430X180X300, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA. CORES: VERDE, AMARELA, ROSA E BRANCA	UND	1100
36	CALCULADORA ELETRÔNICA DE 08 DÍGITOS. TIPO MESA: APLICAÇÃO: PARA CÁLCULO MATEMÁTICOS E FUNÇÕES BÁSICAS. FUNÇÕES: PORCENTAGEM, RAIZ QUADRADA, MEMÓRIA, INVERSÃO DE SINAIS, GT, UM, CORREÇÃO TOTAL OU PARCIAL, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO OU TECLA OFF. FONTE ALIMENTAÇÃO: SOLAR OU BATERIA. VISOR: CRISTAL LÍQUIDO.	UND	120
37	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO PLÁSTICO COMPOSTO DE POLIPROPILENO PONTA DE LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO DE 1 MM, ESCRITA COM DURAÇÃO ENTRE 2.000M E 3.000M NA COR AZUL, TAMPINHA EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE FIXADA POR PRESSÃO E NÃO ROSQUEADA TAMPA COMPOSTA DE MISTURA DE POLIETILENO COM RESPIRADOR E CLIP PARA FIXAÇÃO NO BOLSO, EMBALADAS EM CAIXAS COM 50 UNIDADES. COM VALIDADE MÍNIMA DE 22 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO.	CX	210
38	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO PLÁSTICO COMPOSTO DE POLIPROPILENO PONTA DE LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO DE 1 MM, ESCRITA COM DURAÇÃO ENTRE 2.000M E 3.000M NA COR PRETA, TAMPINHA EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE FIXADA POR PRESSÃO E NÃO ROSQUEADA TAMPA COMPOSTA DE MISTURA DE POLIETILENO COM RESPIRADOR E CLIP PARA FIXAÇÃO NO BOLSO, EMBALADAS EM CAIXAS COM 50 UNIDADES. COM VALIDADE MÍNIMA DE 22 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO.	CX	210
39	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO PLÁSTICO COMPOSTO DE POLIPROPILENO PONTA DE LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO DE 1 MM, ESCRITA COM DURAÇÃO ENTRE 2.000M E 3.000M NA COR VERMELHA, TAMPINHA EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE FIXADA POR PRESSÃO E NÃO ROSQUEADA TAMPA COMPOSTA DE MISTURA DE POLIETILENO COM RESPIRADOR E CLIP PARA FIXAÇÃO NO BOLSO, EMBALADAS EM CAIXAS COM 50 UNIDADES. COM VALIDADE MÍNIMA DE 22 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO.	CX	130
40	CANETA MARCA TEXTO. MATERIAL DO CORPO: PLÁSTICO RÍGIDO; CORES VARIADAS; PONTA: DE 3 À 5MM.	UND	1500
41	CANETA PARA CD E DVD. SECAGEM RÁPIDA: RESISTENTE A ÁGUA: PONTA FINA E RESISTENTE. COR A DEFINIR. VALIDADE INDETERMINADA	UND	140
42	CARTOLINA COMUM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES: 66CM LARGURA POR 48CM ALTURA. BRANCO	UND	450
43	CARTOLINA DUPLA FACE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES: 66CM LARGURA POR 48CM ALTURA. AMARELO	UND	170
44	CARTOLINA DUPLA FACE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES: 66CM LARGURA POR 48CM ALTURA. AZUL	UND	170



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

45	CARTOLINA DUPLA FACE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES: 66CM LARGURA POR 48CM ALTURA. LARANJA	UND	170
46	CARTOLINA DUPLA FACE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES: 66CM LARGURA POR 48CM ALTURA. ROSA ESCURO	UND	170
47	CARTOLINA DUPLA FACE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES: 66CM LARGURA POR 48CM ALTURA. VERDE CLARO	UND	170
48	CARTOLINA DUPLA FACE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES: 66CM LARGURA POR 48CM ALTURA. VERDE ESCURO	UND	170
49	CARTOLINA DUPLA FACE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES: 66CM LARGURA POR 48CM ALTURA. VERMELHO	UND	50
50	CARTOLINA GUACHE. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES: 50 X 66CM CORES A DEFINIR. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FOLHA	FL	2150
51	CESTO ORGANIZADOR, COR A DEFINIR CESTO EMPILHADO, CONFECIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO, MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO 20,3CM, LARGURA 19,3CM, ALTURA 6CM. COR A DEFINIR	UND	150
52	CLIPS METÁLICO NIQUELADO Nº 2/0, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	460
53	CLIPS METÁLICO NIQUELADO Nº 3/0, CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	460
54	CLIPS METÁLICO NIQUELADO Nº 4/0, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	460
55	CLIPS METÁLICO NIQUELADO Nº 6/0, CAIXA COM 25 UNIDADES	CX	460
56	CLIPS METÁLICO NIQUELADO Nº 8/0, CAIXA COM 25 UNIDADES	CX	460
57	COLA BRANCA 1KG	UND	140
58	COLA COLORIDA COM 6 CORES 23GR	UND	940
59	COLA COLORIDA COM GLITTER 6 CORES - 23 GR	UND	840
60	COLA DE SILICONE. 500G	UND	240
61	COLA EM BASTÃO 10 GRAMAS, ATÓXICA, COMPOSIÇÃO RESINA SINTÉTICA, GLICERINA, ÁGUA E CONSERVANTES	UND	240
62	COLA PANO (PARA TECIDO), TUBO COM BICO APLICADOR, PESO LÍQUIDO 100G, COR BRANCA	UND	140
63	COLA PARA ISOPOR. CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: LÍQUIDA. TUBO COM 90G. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	UND	1140
64	COLA PARA ISOPOR. CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: LÍQUIDA. 500G. UNIDADE	UND	300
65	COLA PLASTICA BRANCA LIQUIDA, SOLÚVEL EM ÁGUA, FRASCO VERTICAL DE 40 GRAMAS	UND	4300
66	COLA, POLIVINIL, COR BRANCA, APLICAÇÃO EM MADEIRA, TECIDO, COURO, COM BICO APLICADOR, AMPA FIXA, ATÓXICA, LAVÁVEL, LÍQUIDA	LT	200
67	COLA QUENTE. BASTÃO GROSSO 10 A 12MM. PACOTE COM 1KG.	PCT	140



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

68	COLA QUENTE. BASTÃO FINO 7 A 8MM. PACOTE COM 1KG.	PCT	140
69	COLCHETE. MATERIAL LATONADO, TAMAMNHO: 10. CAIXA COM 72 UNIDADES	CX	160
70	COLCHETE. MATERIAL LATONADO, TAMANHO: 15. CAIXA COM 72 UNIDADES	CX	160
71	COLETOR DE IMPRESSÃO DIGITAL: EMBALAGEM REDONDA COM DIÂMETRO DE 40MM, BORRACHA INTERNA MICRO POROSA, NTA PRETA REABASTECÍVEL. IMPRESSÃO NÍDA PARA 6.000 IMPRESSÕES. DEVE PROMOVER FÁCIL LIMPEZA DOS DEDOS.	UND	130
72	CORDA SISAL 6MM ARTE DECORAÇÃO 10METROS	UND	30
73	CORDÃO 100 METROS	UND	20
74	CORRETIVO LIQUIDO BRANCO, BASE ÁGUA, SECAGEM RÁPIDA, INODORO, ATÓXICO, EMBALAGEM PLÁSTICA COM NO MÍNIMO 18ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E CRQ DO QUÍMICO RESPONSÁVEL NA EMBALAGEM.	UND	4050
75	CRACHÁ, EM PLÁSTICO, CRISTAL, COM PRESILHA FIXA, DIMENSÕES 100X70MM	UND	1100
76	CRACHAS PVC 15CM X 10CM	UND	2100
77	ENGROSSADOR DE LÁPIS	UND	50
78	ENVELOPE: DESCRIÇÃO: TIPO OFÍCIO. 75G.COR: A DEFINIR. DIMENSÕES: 114MM X 229MM	UND	5000
79	ENVELOPE TIPO SACO KRAFT, 80G, DIMENSÕES 20X28CM	UND	4500
80	ESPUMA VINÍLICA (E.V.A./ATOALHADO PLACA DE EVA VERDE (BANDEIRA) UNIDADE	UND	210
81	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR AMARELO UNIDADE	UND	210
82	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR AZUL CLARO UNIDADE	UND	210
83	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR AZUL ESCURO UNIDADE	UND	410
84	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR BRANCO UNIDADE	UND	410
85	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR DOURADO UNIDADE	UND	210
86	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR LARANJA UNIDADE	UND	210
87	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR MARRON UNIDADE	UND	210
88	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR PRATA UNIDADE	UND	210



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

89	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR PRETO UNIDADE	UND	210
90	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR ROSA UNIDADE	UND	410
91	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR VERDE UNIDADE	UND	410
92	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, COM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR VERMELHO UNIDADE	UND	410
93	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, SEM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR AMARELO UNIDADE	UND	220
94	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, SEM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR AZUL CLARO UNIDADE	UND	220
95	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, SEM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR AZUL ESCURO UNIDADE	UND	240
96	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, SEM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR BRANCO UNIDADE	UND	230
97	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, SEM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR LARANJA UNIDADE	UND	220
98	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, SEM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR MARRON UNIDADE	UND	230
99	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, SEM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR PRETO UNIDADE	UND	230
100	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, SEM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR ROSA UNIDADE	UND	230
101	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, SEM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR VERDE UNIDADE	UND	230
102	ESPUMA VINÍLICA ACETINADA (E.V.A./EMBORRACHADO) 40X60CM, SEM GLITER. ESPESSURA: 2MM OU 3 MM COR VERMELHO UNIDADE	UND	230
103	ESTILETE, TIPO LÂMINA RETRÁTIL, APLICAÇÃO ESCRITÓRIO, LARGURA APROXIMADA 19 MM, CORPO PLÁSTICO RESISTENTE. COR À DEFINIR	UND	560
104	ESTILETE, TIPO LÂMINA RETRÁTIL, APLICAÇÃO ESCRITÓRIO, LARGURA APROXIMADA 25 MM, CORPO PLÁSTICO RESISTENTE	UND	310
105	EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPÁTULA, CONFECCIONADO EM METAL INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA	UND	480
106	FITA ADESIVA COLORIDA. CORES VARIADAS. MEDIDAS:12MM X 10M. TIPO: DUREX. UNIDADE.	UND	180
107	FITA ADESIVA CREPE. MEDINDO 25MM X 50M, TIPO: MONOFACE.	UND	360
108	FITA ADESIVA CREPE. MEDINDO 50MMX50M, TIPO: MONOFACE	UND	460



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

109	FITA ADESIVA DUPLA FACE 19MMX30M	UND	210
110	FITA ADESIVA DUPLA FACE PAPEL, MEDINDO 12MMX30M	UND	50
111	FITA ADESIVA TRANSPARENTE LARGA. MONOFACE. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 48MMX50M	UND	1400
112	FLIP CHART DESMONTÁVEL 2X1 DE TUBO DE AÇO COM TELA DE CHAPA DURA DE ALTA DENSIDADE, PINTURA UV, MOLDURA EM ALUMÍNIO COM PORTA MARCADORA. APOIO PARA BLOCOS DE PAPEL EM MDF. ESTRUTURA COM PINTURA ELETROSTÁTICA COR A DEFINIR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 67X89X180 CM	UND	42
113	GIZ DE CERA GRANDE COM 12 CORES. TIPO ESTACA. MATERIAL: CERA, COR: DIVERSAS. EMBALAGEM DE 112G. CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	1500
114	GIZ DE CERA TAMANHO MEIO LÁPIS, ATOXICO COM 12 CORES. CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	1600
115	GLITTER DE PVC METALIZADO PACOTE COM 50G, CORES DIVERSAS	PCT	400
116	GLITTER POTE 100GR CORES VERDE, AMARELO, MARRON, PRETO, AZUL, VERMELHO	UND	200
117	GRAMPEADOR ALICATE P/ 20 FOLHAS - GRAMPEADOR DE METAL PARA ATÉ 20 FOLHAS / GRAMPOS 24/6 - 26/6 TAMANHO 18 CM GARANTIA DO FABRICANTE.	UND	300
118	GRAMPEADOR ALICATE P/ 20 FOLHAS - GRAMPEADOR DE METAL PARA ATÉ 20 FOLHAS / GRAMPOS 24/6 - 26/6 TAMANHO 18 CM ARANTIA DO FABRICANTE.	UND	240
119	GRAMPEADOR DE MESA EM AÇO SUPER- RESISTENTE, COM CAPACIDADE DE GRAMPEAR ATÉ 110 FOLHAS DE 80 G/M², CARREGAMENTO DOS GRAMPOS PELA PARTE TRASEIRA, PARA GRAMPOS 9/8, 9/10, 9/12 E 9/14, ARMAZENAMENTO DE 210 GRAMPOS. COR A DEFINIR	UND	115
120	GRAMPEADOR DE MESA GRANDE PARA GRAMPOS 23/10, PARA GRAMPEAR SIMULTANEAMENTE 70 FOLHAS COM BASE MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM	UND	105
121	GRAMPEADOR METÁLICO LONGO ALCANCE, BASE EMBORRACHADA, UTILIZA DUAS BARRAS DE 100 GRAMPOS 26/6 POR CARGA, CAPACIDADE DE GRAMPEAMENTO DE ATÉ 25 FOLHAS. COR A DEFINIR	UND	360
122	GRAMPEADOR PROFISSIONAL, TODO METÁLICO, BASE ANTIDERRAPANTE COM CAPACIDADE PARA 240 FOLHAS. COR A DEFINIR	UND	40
123	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/8 GALVANIZADO CAIXA COM 5000 UN	UND	62
124	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE PAPÉIS 9/14 - CONFECCIONADO EM ARAME COM SEÇÃO RETANGULAR, PERFEITAMENTE COBREADO OU GALVANIZADO, ISENTO DE OXIDAÇÃO. CAIXA C/ 1.000 UNIDADES.	UND	60
125	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE PAPÉIS, 23/10, CONFECCIONADO EM ARAME COM SEÇÃO RETANGULAR, PERFEITAMENTE COBREADO OU GALVANIZADO, ISENTO DE OXIDAÇÃO. CAIXA COM 5000 UNIDADES	CX	310
126	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE PAPÉIS, 26/6, CONFECCIONADO EM ARAME COM SEÇÃO RETANGULAR, PERFEITAMENTE COBREADO OU GALVANIZADO, ISENTO DE OXIDAÇÃO. CAIXA COM 5000 UNIDADES.	UND	340
127	GRAMPO TRILHO (ROMEU E JULIETA) EM PLÁSTICO, ALTA RESISTÊNCIA, COR A DEFINIR, FECHAMENTO COM PRESSÃO, COMPORTA O ARQUIVAMENTO DE ATÉ 200 FOLHAS DE 75G/M. PACOTE C/50 UNIDADES. COR A DEFINIR.	PCT	600





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

128	GRAMPO TRILHO METALIZADO 80 MM, CAIXA C/ 50 UNIDADES	CX	200
129	ISOPOR FOLHA 10MM COR BRANCA	UND	250
130	ISOPOR. FOLHA 20MM	UND	300
131	ISOPOR. FOLHA 25MM. COR: BRANCA	UND	300
132	ISOPOR. FOLHA 30MM. COR: BRANCA	UND	300
133	LÁPIS DE COR GRANDE COM 12 CORES. DESCRIÇÃO: EM MADEIRA; COR: DIVERSAS. ATÓXICO. TAMANHO: GRANDE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA COM 12 LÁPIS COLORIDOS.	CX	350
134	LÁPIS HIDROCOR 12 CORES. PONTA GROSSA DE APROXIMADAMENTE 3 MM EM FELTRO RESISTENTE DESCRIÇÃO: À BASE DE ÁGUA. COR: VARIADAS. KIT COM 12 UNIDADES	KIT	1150
135	LÁPIS PRETO GRAFITE Nº 2, MADEIRA, 2MM, HB, CILINDRICO, SEM BORRACHA APAGADORA, CAIXA C/144 UNIDADES, COR A DEFINIR.	CX	1110
136	LIGA ELÁSTICA DE BORRACHA (LÁTEX) Nº 18, PARA USO GERAL, COR A DEFINIR, PACOTE COM 50 GRAMAS, EMBALAGEM CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO	PCT	1008
137	LIVRO ATA DE 100 FOLHAS NUMERADAS PAUTADAS, CAPA CARTONADA PLASTIFICADA COR A DEFINIR, FORMATO APROX. 206X300MM, GRAMATURA DO PAPEL 56G/M².	UND	260
138	LIVRO ATA DE 200 FOLHAS NUMERADAS PAUTADAS, CAPA CARTONADA PLASTIFICADA COR A DEFINIR, FORMATO APROX. 206X300MM, GRAMATURA DO PAPEL 56G/M²	UND	250
139	LIVRO ATA DE 50 FOLHAS NUMERADAS PAUTADAS, CAPA CARTONADA PLASTIFICADA COR A DEFINIR, FORMATO APROX. 300 X 2100MM, GRAMATURA DO PAPEL 56G/M².	UND	250
140	LIVRO DE PONTO, 100 FOLHAS, CAPA DURA, 310MM, 220MM, PAPEL APERAMINHADO 56G/M2, NUMERADO.	UND	300
141	LIVRO PROTOCOLO, QUANTIDADE FOLHAS 100, COMPRIMENTO APROX. 210, LARGURA 150, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NUMERADAS SEQUENCIALMENTE, MATERIAL CAPA PAPEL RECICLADO, GRAMATURA FOLHAS 56 MATERIAL FOLHAS PAPEL RECICLADO. COR A DEFINIR	UND	210
142	MASSA DE MODELAR, CAIXA COM 12 CORES, 180G, ATÓXICA, À BASE DE AMIDO.	CX	1100
143	MOLHA-DEDO, MATERIAL DA EMBALAGEM: PLÁSTICO, MATERIAL DA CARGA: CREME ATÓXICO, TAMANHO ÚNICO, VALIDADE 2 ANOS	UND	250
144	ORGANIZADOR DE MESA, CONFECCIONADO EM ACRÍLICO FUMÊ OU TRANSPARENTE, DOTADO DE UNS PORTA LÁPIS/CANETAS, UM PORTA-CLIPS E UM PORTA LEMBRETES, FIXADOS SOBRE UMA BASE RETANGULAR ÚNICA DE NO MÍNIMO 22CM X 6CM.	UND	150
145	PALITO DE CHURRASCO DE BAMBU 30CM ESPETO TALGE (100 UN.	UND	150
146	PALITO DE DENTE MADEIRA 100UND	UND	300
147	PAPEL 40KG FOLHA UNIDADE	UND	220
148	PAPEL CAMURÇA 60X40CM - CORES VIBRANTES FOLHA UNIDADE	UND	300



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

149	PAPEL CARTÃO A4 PCT 50 FLS	UND	215
150	PAPEL CELOFANE COLORIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 90X100CM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FOLHA. AMARELO	UND	200
151	PAPEL CELOFANE COLORIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 90X100CM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FOLHA. AZUL	UND	200
152	PAPEL CELOFANE COLORIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 90X100CM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FOLHA. LARANJA	UND	200
153	PAPEL CELOFANE COLORIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 90X100CM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FOLHA. TRANSPARENTE	UND	200
154	PAPEL CELOFANE COLORIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 90X100CM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FOLHA. VERDE	UND	200
155	PAPEL CELOFANE COLORIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 90X100CM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FOLHA. VERMELHO	UND	200
156	PAPEL CREPOM. DESCRIÇÃO: COR MARROM DIMENSÕES APROXIMADAS: 48X200CM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FOLHA	UND	200
157	PAPEL CREPOM. DESCRIÇÃO: COR VERDE DIMENSÕES APROXIMADAS: 48X200CM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FOLHA	UND	200
158	PAPEL CREPOM. DESCRIÇÃO: CORES VARIADAS DIMENSÕES APROXIMADAS: 48X200CM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FOLHA	UND	300
159	PAPEL DE SEDA, TAMANHO 48X60CM, PACOTE COM 100 FOLHAS, COR A DEFINIR	PCT	100
160	PAPEL FOTOGRÁFICO AUTO ADESIVO, TAMANHO A4, GLOSSY BRILHANTE BRANCO, A PROVA D ÁGUA, GRAMATURA MÍNIMA 130G/M². PACOTE COM 50 FOLHAS.	PCT	450
161	PAPEL FOTOGRÁFICO GLOSSY A4. PAPEL FOTOGRÁFICO A4 210 X 297 MM, TIPO DE PAPEL: GLOSSY BRILHANTE, 180 G, PACOTE COM 50 UNIDADES.	UND	550
162	PAPEL LAMINADO AZUL. DESCRIÇÃO: DIMENSÕES APROXIMADAS: 49X59CM; GRAMATURA: 60G/M².	UND	250
163	PAPEL LAMINADO DOURADO. DESCRIÇÃO: DIMENSÕES APROXIMADAS: 49X59CM; GRAMATURA: 60G/M².	UND	250



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

164	PAPEL LAMINADO PRATEADO DESCRIÇÃO: DIMENSÕES APROXIMADAS: 49X59CM; GRAMATURA: 60G/M².	UND	250
165	PAPEL LAMINADO VERDE. DESCRIÇÃO: DIMENSÕES APROXIMADAS: 49X59CM; GRAMATURA: 60G/M².	UND	250
166	PAPEL LAMINADO VERMELHO. DESCRIÇÃO: DIMENSÕES APROXIMADAS: 49X59CM; GRAMATURA: 60G/M².	UND	250
167	PAPEL MADEIRA KRAFT 60X96CM FOLHA UNIDADE	UND	250
168	PAPEL OFFSET, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, 96G/M2. COMPRIMENTO 960MM, LARGURA 660MM, COR BRANCA, PACOTE COM 250 FOLHAS. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	PCT	450
169	PAPEL PARA PRESENTE. DESCRIÇÃO: MATERIAL: PAPEL COUCHÊ; GRAMATURA: 60G/M²; CORES DIVERSAS. DIMENSÕES: 60CMX100M; UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOBINA/ROLO.	ROL	400
170	PAPEL PARANÁ PARA CARTONAGEM 2,0MM A4 210X297MM 10 UN	UND	200
171	PASTA ARQUIVO AZ, C/ VISOR LATERAL, MATERIAL PAPELÃO RECICLADO, TIPO CLASSIFICADOR, LARGURA 350, ALTURA 280, LOMBO ESTREITO 50MM DE LARGURA, 02 FUROS, FORMATO OFÍCIO, COM FERRAGEM TIPO ALAVANCA E COMPRESSOR EM METAL CROMADO, NÃO OXIDÁVEL, COM ORIFÍCIO REDONDO NA LOMBADA, COM PONTEIRAS METÁLICAS NA PARTE INFERIOR DA PASTA. COR A DEFINIR. CAIXA COM (20) UNIDADES.	CX	600
172	PASTA ARQUIVO AZ, / VISOR LATERAL, MATERIAL PAPELÃO RECICLADO, TIPO CLASSIFICADOR, LARGURA 350, ALTURA 280, LOMBO LARGO 80MM DE LARGURA, 02 FUROS, FORMATO OFÍCIO, COM FERRAGEM TIPO ALAVANCA E COMPRESSOR EM METAL CROMADO, NÃO OXIDÁVEL, COM ORIFÍCIO REDONDO NA LOMBADA, COM PONTEIRAS METÁLICAS NA PARTE INFERIOR DA PASTA. COR A DEFINIR. CAIXA COM (20) UNIDADES.	CX	600
173	PASTA ARQUIVO, MATERIAL POLIPROPILENO TIPO SUSPENSÃO PENDULAR, LARGURA 240, ALTURA 360, GRAMATURA 350, VISOR / HASTE PLÁSTICA / ETIQUETA. COR A DEFINIR	UND	1600
174	PASTA ARQUIVO, TIPO CATÁLOGO, EM PAPELÃO REVESTIDO DE PVC NA COR A DEFINIR, COM 50 SACOS PLÁSTICOS. MEDINDO 255X350MM (CXL), COM QUATRO FUROS, PARA ARQUIVAMENTO DE PAPÉIS.	UND	120
175	PASTA CLASSIFICADORA DE PAPELÃO COM TRILHO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 330 X 230 X 3 MM. COR A DEFINIR	UND	100
176	PASTA ESCOLAR DE PLÁSTICO TRANSPARENTE, COR A DEFINIR 30MM, COM ELÁSTICO. DIMENSÕES APROX.: 245 LARGURA X 335 ALTURA MM.	UND	3300
177	PASTA PLÁSTICA C/ GRAMPO TRILHO EM PLÁSTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 330 X 230 X 3 MM. PACOTE COM 10 PEÇAS. COR A DEFINIR	UND	200
178	PASTA POLIONDA COLECIONADORA, LOMBO 55MM, COM ELÁSTICO. COR A DEFINIR	UND	100



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

179	PASTA SANFONADA A4, 12 DIVISÕES: PASTA CLASSIFICADORA A4. FABRICADA EM POLIPROPILENO COR A DEFINIR. COM 12 DIVISÕES DE CORES. POSSUI COMPARTIMENTO PARA CARTÕES. FECHADO COM ELÁSTICOS.	UND	120
180	PERCEVEJOS LATONADOS PARA MURAL/QUADRO DE CORTIÇA. CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	170
181	PERFURADOR DE PAPEL ATÉ 100 FOLHAS. CARACTERÍSTICAS: DIMENSÕES: 115 X 240 X 260MM ABERTURAS: 13MM. CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: 100 FOLHAS DISTÂNCIA ENTRE FUROS: 80MM DISTÂNCIA DE MARGEM: 8MM. PESO 3,2KG BASE E CABO: FERRO FUNDIDO. BASE: PLÁSTICO RECICLÁVEL PINOS: AÇO TREFILADO, TEMPERADO E ZINCADO SEPARADORES: TRANSPARENTES COR: A DEFINIR	UND	90
182	PERFURADOR PARA PAPEL, 2 FUROS UNIVERSAIS, PEQUENO DE MESA, CAPACIDADE PARA, NO MÍNIMO 25 FOLHAS, CONFECCIONADO EM METAL PINTADO DE PRETO, BASE PLÁSTICA COM REGULADOR DE TAMANHO DO PAPEL PARA CENTRALIZAÇÃO DOS FUROS. COR A DEFINIR	UND	140
183	PERFURADOR PARA PAPEL, 2 FUROS UNIVERSAIS, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 70 FOLHAS, CONFECCIONADO EM METAL PINTADO DE PRETO, BASE PLÁSTICA COM REGULADOR DE TAMANHO DO PAPEL PARA CENTRALIZAÇÃO DOS FUROS. COR A DEFINIR	UND	148
184	PILHA PALITO AAA, NÃO CONTÉM MERCÚRIO E CÁDMIO, ALCALINA 1,5V(PMPOG. IN Nº 0.1 19/01/10, ART 5º, IV) CARTELA COM 4 UNIDADES.	CT	490
185	PILHA PEQUENA AA, CARTELA COM 4 UNIDADES, NÃO CONTÉM MERCÚRIO E CÁDMIO, ALCALINA, 1,5V(MPOG IN Nº 01,19/01/10, ART. 5º, IV)	CT	510
186	PINCEL ARTÍSTICO DE PINTURA, TAMANHO 8, COM CERDAS DE NATURAIS, CABO CURTO, VIOLA DE ALUMÍNIO E FORMATO ACHATADO	UND	200
187	PINCEL ARTÍSTICO DE PINTURA, TAMANHO 12, COM CERDAS NATURAIS, CABO CURTO, VIOLA DE ALUMÍNIO E FORMATO ACHATADO	UND	300
188	PINCEL ARTÍSTICO DE PINTURA, TAMANHO 14, COM CERDAS NATURAIS, CABO CURTO, VIOLA DE ALUMÍNIO E FORMATO ACHATADO	UND	300
189	PINCEL ATÔMICO PERMANENTE - MATERIAL: PONTA DE FELTRO E TINTA PERMANENTE, A BASE DE ÁLCOOL, CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES (COR A DEFINIR)	UND	2000
190	PINCEL CHATO - Nº 10, CERDA BRANCA, FILAMENTO SINTÉTICO, CABO LONGO, VIOLA EM ALUMÍNIO	UND	100
191	PINCEL CHATO - Nº 20, CERDA BRANCA, FILAMENTO SINTÉTICO, CABO LONGO, VIOLA EM ALUMÍNIO	UND	100
192	PINCEL CHATO - Nº 04, CERDA BRANCA, FILAMENTO SINTÉTICO, CABO LONGO, VIOLA EM ALUMÍNIO	UND	100
193	PINCEL Nº 10, PARA PINTURA EM ÓLEO SOBRE TELA	UND	200
194	PINCEL PARA QUADRO BRANCO MAGNÉTICO, 3,0MM EM MATERIAL PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, CORES VARIADAS	UND	1000



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

195	PINCEL PELO DE MARTA OU SIMILAR, (ACABAMENTO E FILETE), TAMANHO 00, CABO CURTO DE MADEIRA, VIROLA DE ALUMÍNIO, FORMATO REDONDO, PELO LONGO, COM CAPA	UND	40
196	PISTOLA PARA COLA QUENTE. COM GATILHO; BIVOLT (110/220V). POTÊNCIA: 40W. TAMANHO: GRANDE. UNIDADE	UND	250
197	PISTOLA PARA COLA QUENTE. COM GATILHO; BIVOLT (110/220V). POTÊNCIA: 20W. TAMANHO: PEQUENA.	UND	350
198	PRANCHETA EM ACRÍLICO FUMÊ OU TRANSPARENTE TAMANHO A4, COM PRENDEDOR DE PAPÉIS METÁLICO.	UND	500
199	PRANCHETA EM MADEIRA, TAMANHO A4, COM FIXADOR DE METAL, NA PARTE SUPERIOR PARA PRENDER O PAPEL	UND	150
200	QUADRO BRANCO, 200X120 CM. CONFECCIONADO EM MDF E SOBREPOSTO POR LAMINADO MELAMÍNICO (FORMICA) BRANCO BRILHANTE, MOLDURA DE ALUMÍNIO ANODIZADO FOSCO, ACOMPANHA ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO E SUPORTE PARA APAGADOR E MARCADOR. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	UND	124
201	REFIL DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO, FRASCO COM 200ML, COR PRETA	UND	410
202	REFIL DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO, FRASCO COM 200ML, COR AZUL	UND	410
203	RÉGUA COMUM, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, COMPRIMENTO 50, GRADUAÇÃO MILIMETRADA, COR A DEFINIR	UND	290
204	REGUA COMUM, MATERIL PLÁSTICO RECICLADO, COMRIMENTO 30, GRADUAÇÃO MILIMETRADA, COR A DEFINIR	UND	440
205	RÉGUA COMUM, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, COMPRIMENTO 50, GRADUAÇÃO MILIMETRADA	UND	140
206	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTE, TAM A4, 0,12MM COM 04 FUROS, PACOTE COM 100 UNID	PCT	600
207	TECIDO FELTRO METRO AMARELO	UND	200
208	TECIDO FELTRO METRO AZUL TURQUESA	UND	200
209	TECIDO FELTRO METRO PRETO	UND	200
210	TECIDO FELTRO METRO ROSA	UND	200
211	TECIDO FELTRO METRO VERDE	UND	200
212	TECIDO FELTRO METRO VERMELHO	UND	200
213	TECIDO TNT COM GLITER. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M² METRO LARANJA	UND	200
214	TECIDO TNT COM GLITER. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M² METRO PRETO	UND	200





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

215	TECIDO TNT COM GLITER. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M² METRO VERDE	UND	200
216	TECIDO TNT LISO. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M² METRO BRANCO	UND	230
217	TECIDO TNT LISO. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M² METRO LARANJA	UND	230
218	TECIDO TNT LISO. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M² METRO MARRON	UND	230
219	TECIDO TNT LISO. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M² METRO PRETO	UND	230
220	TECIDO TNT LISO. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M² METRO VERDE	UND	230
221	TECIDO TNT LISO. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M² METRO VERMELHO	UND	230
222	TECIDO TNT LISO. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M². METRO AZUL	UND	230
223	TECIDO TNT LISO. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M²METRO AZUL ÁGUA	UND	200
224	TECIDO TNT LISO. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M²METRO ROSA	UND	230
225	TECIDO TNT LISO. LARGURA: 1,40MX50M; GRAMATURA: 40G/M²METRO XADREZ	UND	200
226	TELA BRANCA PARA PINTURA DIMENSÕES: 30X40CM.TELA COMPATÍVEL PARA TINTA A ÓLEO, ACRÍLICA E AQUARELA, FABRICADA EM MADEIRA TRATADA, COM TECIDO ARTÍSTICO100% ALGODÃO COM APLICAÇÃO DE RESINA ACRÍLICA, GRAMPEADA POR TRÁS	UND	400
227	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA 13CM	UND	500
228	TESOURA. EM AÇO INOXIDÁVEL. CABO POLIETILENO ANATÔMICO E VERSÁTIL; TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO; PONTA ARREDONDADA. TAMANHO: 21CM. COR A DEFINIR	UND	270
229	TINTA GUACHE. ATÓXICA, SOLÚVEL EM ÁGUA; CORES VARIADAS; FRASCO COM 250 ML	UND	150
230	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO, FRASCO COM 40ML COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: RESINA, ÁGUA, ÓPTICO E CORANTES, COM QUÍMICO RESPONSÁVEL, CORES VARIADAS	FRC	220
231	TINTA PARA TECIDOS. DESCRIÇÃO: ATÓXICA; FOSCA; CORES A DEFINIR. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 250ML.	FRC	900



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

232	TINTA PARA TECIDOS ACRILEX. DESCRIÇÃO: ATÓXICA; FOSCA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 250ML. AMARELA	UND	100
233	TINTA PARA TECIDOS ACRILEX. DESCRIÇÃO: ATÓXICA; FOSCA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 250ML. AZUL	UND	100
234	TINTA PARA TECIDOS ACRILEX. DESCRIÇÃO: ATÓXICA; FOSCA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 250ML. BRANCA	UND	100
235	TINTA PARA TECIDOS ACRILEX. DESCRIÇÃO: ATÓXICA; FOSCA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 250ML. MARROM	UND	70
236	TINTA PARA TECIDOS ACRILEX. DESCRIÇÃO: ATÓXICA; FOSCA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 250ML. PRETA	UND	100
237	TINTA PARA TECIDOS ACRILEX. DESCRIÇÃO: ATÓXICA; FOSCA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 250ML. VERDE	UND	100
238	TINTA PARA TECIDOS ACRILEX. DESCRIÇÃO: ATÓXICA; FOSCA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 250ML. VERMELHA	UND	100
239	VELCRO COM ADESIVO DOS 2 LADOS (FECHO CONTATO ADESIVADO), DIMENSÕES 2,5CM X 2M, COR A DEFINIR	ROL	200
240	CADERNO UNIVERSITÁRIO, CAPA DURA, 200 FOLHAS, COM ESPIRAL EM ARAME, TOTAL DE 10 MATÉRIAS (COTA RESERVADA)	UND	757
241	QUADRO BRANCO, 200X120 CM. CONFECCIONADO EM MDF E SOBREPOSTO POR LAMINADO MELAMÍNICO (FORMICA) BRANCO BRILHANTE, MOLDURA DE ALUMÍNIO ANODIZADO FOSCO, ACOMPANHA ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO E SUPORTE PARA APAGADOR E MARCADOR. (COTA RESERVADA)	UND	41
242	PAPEL OFFSET, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, 96G/M2. COMPRIMENTO 960MM, LARGURA 660MM, COR BRANCA, PACOTE COM 250 FOLHAS. (COTA RESERVADA)	PCT	150

**1.1** - Os quantitativos foram baseados nas demandas auferidas pela equipe Técnica dos equipamentos, os quais serão destinados.

**1.2** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.3** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.4** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.5** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.**

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos estudos técnicos preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual/2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

### **3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

#### **Sustentabilidade.**

**3.1-** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### **Indicação de marcas ou modelos.**

**3.2-** Na presente contratação não será realizada a indicação de marcas.

#### **Subcontratação.**

**3.3-** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação.**

**3.4-** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.**

#### **Condições de Entrega**

**4.1 -** O prazo de entrega dos bens é de **5 (cinco) dias uteis**, contados da assinatura da ordem de fornecimento, remessa única, de acordo com a necessidade da Secretaria de Administração e dos demais Fundos do Município de Porto Real do Colégio/AL.

**4.2 -** *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

**4.3 -** Os bens deverão ser entregues no endereço informado na Ordem de Fornecimento.

### **5 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**

**5.1 -** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**5.2 -** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**5.3 -** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**5.4 -** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**5.5 -** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização.**

**5.6 -** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

**5.7 -** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**5.8** - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**5.9** - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**5.10**- O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**5.11**- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**5.12** - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

**5.13** - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**5.14** - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

**5.15** - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**5.16** - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.**

#### **Recebimento**

**7.1** - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

**7.2** - Os bens poderão ser rejeitados no todo ou em parte, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3** - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---

### **Liquidação**

**7.4** - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.5** - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras;

### **Prazo de pagamento**

**7.6** - O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

### **Forma de pagamento**

**7.7** - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.8** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.9** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.10** - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8 - FORMAS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1** - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade ATA Registro de Preço, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

**8.2** - O fornecimento do objeto produto será entregue com 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura da ordem de fornecimento.

### **Exigências de habilitação**

**8.3** - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**8.4 - Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.5 -Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**8.6 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.7 - Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.8 - Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.9 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.10** - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista.**

**8.11** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**8.12** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

**8.13** - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.14** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

**8.15** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.16** - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.17** - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.18** - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

**8.19** - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 dias contados da data da sua apresentação- Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**Qualificação Técnica**

**8.20** - Todos os licitantes deverão apresentar um ou mais atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito PÚBLICO ou PRIVADO, que comprove que a empresa licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, conforme o objeto da presente licitação.

**8.21** - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.





**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---

**9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.**

**9.1** - A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

**9.2** - Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

**9.3** - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.4** - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**9.5** - serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**9.6** - poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA.**

**10.1**- As despesas decorrentes da presente contratação incorrerão pelas seguintes **DOTAÇÕES**:

**Nos processos sob sistema de registro de preços fica facultado a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.**

Porto Real do Colégio /AL, 06 de JANEIRO de 2026.

---

**IRÃ FARIAS DOS SANTOS**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---

**ANEXO II**

**MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026**

**O MUNICÍPIO DE PORTO REAL DO COLÉGIO/AL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº **12.207.429/0001-33** com sede localizada à Rua do São José, s/n – Bairro centro, CEP 57.290-000, Porto Real do Colégio/AL, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Secretário Municipal, o senhor **XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste município, inscrito no CNPF/MF sob nº XXXXXXXX e portador da Cédula de Identidade nº XXXXX SEDS/AL, nomeado(a) [pela Portaria nº XXXXXXXXXXXX de XX de XXXXXXXXXXXX de 202X, publicada no ..... de ..... de ..... de .....](#), portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../2026, publicada no ..... de ...../...../2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no EDITAL DE LICITAÇÃO XX/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes no art. [nº 82 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462/2023 de 31 de março de 2023](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

**1-DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO – AL**, especificado no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº ...../2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2-DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V UNIT	V TOTAL

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---

### **3-ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**3.1.**O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO

### **4-DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**4.1.1.**apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**4.1.2.**demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

**4.1.3.**consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**4.3.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**4.4.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**4.5.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**4.6.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**4.7.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**4.8.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**4.10.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.11.**É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5-VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA(art. 84)**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme [art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 5.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.4.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5.** O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- 5.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.
- 5.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do [edital ou do aviso de contratação direta](#), poderá:

**5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**5.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**5.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6-ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**6.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**6.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7-NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

**7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

**7.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.2.5.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8-REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, (art. 30 do Decreto 11.462 de 2023).**

**8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**8.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no [art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023](#).

**8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9-CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;





**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no [artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou](#)

**9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

**9.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021,](#) caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**9.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**9.4.1.** Por razão de interesse público;

**9.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos [26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.](#)

## **10- DAS PENALIDADES**

**10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas [no edital ou no aviso de contratação direta.](#)

**10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**10.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço ([art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023](#)), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade ([art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023](#)).

**10.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11- CONDIÇÕES GERAIS**

**11.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

**11.2.** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Real do Colégio/AL, XX de XXX de 2026.

**XXXXXXXXXXXX**  
Prefeito  
Órgão gerenciador



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---

**XXXXXXXXXXXXX**  
Secretária Municipal da XXXXXXXX

Partícipes:

**FORNECEDOR 01**

---

XXXXXXXXXX  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**FORNECEDOR 02**

---

XXXXXXXXXX  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**